

DANUZA WOELLNER PACCE

ESCOLA, CIDADANIA E MERCADO DE TRABALHO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção ao Grau de Especialista pelo Curso de Especialização em Economia do Trabalho, Departamento de Economia, Centro de Pesquisas Econômicas/ CEPEC, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Armando Vaz Sampaio

**CURITIBA
2003**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	04
1.1 Justificativa	05
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	07
2.1. O Papel da Educação	07
2.2. Construindo a Cidadania	11
2.3. Cidadania e Educação	17
2.4. Tendências do Mundo do Trabalho	22
3. METODOLOGIA	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
5. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	33

1. INTRODUÇÃO

A naturalidade com que hoje lidamos com a idéia de que a inserção no universo do trabalho pressupõe a passagem por um processo de formação escolar mais dissimula do que explicita a compreensão da relação educação e trabalho.

A educação dos trabalhadores dá-se na escola, no trabalho e nas demais relações sociais. Num horizonte transformador, a unidade entre trabalho e educação tem como objetivo a transformação tanto do trabalhador quanto dos processos produtivos existentes na sociedade capitalista.

É fácil entender que o vínculo entre trabalho produtivo e educação seja da fase inicial do capitalismo, modelo de produção onde a liberdade de mercado assume valor, quase absoluto, baseado em valores, idéias, teorias, símbolos e instituições, entre as quais se destaca a escola como espaço de produção e reprodução de conhecimentos, atitudes, ideologias e teorias que justificam o novo modo de produção. (Frigotto, 1999)

Sobre o fato de que a relação educação e trabalho, tenha coincidido com o desenvolvimento capitalista, pode-se também argumentar que as próprias características do modo capitalista de produção seriam favoráveis ao surgimento da necessidade de formação do trabalhador.

1.1.JUSTIFICATIVA

Este trabalho visa constatar o processo de inserção no mercado de trabalho sob o âmbito da escolaridade do trabalhador, o crescimento educacional deste, e a contribuição do pleno exercício da cidadania.

Reconhecendo que a consciência e o exercício da cidadania se concretizam através de um processo gradativo de desenvolvimento do indivíduo, ressalta-se que a formação educacional auxiliará nesse processo, fato o qual justifica sua importância, porém, compreendemos que a qualidade do ensino que concretizará essa formação significa a base fundamental para a construção da autonomia e expansão do indivíduo.

O curso de Especialização em Economia do Trabalho, da Universidade Federal do Paraná, se constituiu como articulador de um trabalho interdisciplinar que teve como objetivos a busca da produção coletiva e do conhecimento cientificamente produzido.

Desta forma, o curso pode ser concebido como um agente integrador, que possibilitou ao futuro especialista a aproximação da realidade do mercado de trabalho, especialmente, no Brasil.

Por essas razões, o curso de Economia do Trabalho, ofereceu aos alunos a oportunidade de uma reflexão sobre o mercado e o papel do trabalhador neste, em seu contexto histórico e social. Através da análise dos objetivos, pôde-se compreender melhor a situação econômica do trabalhador, que necessita em muitas situações encontrar seu papel de cidadão, de forma eficaz e decisiva para seu desenvolvimento pessoal e profissional, e que necessita, também, de maior escolaridade para inserir-se no mercado.

Esta pesquisa tem o objetivo de levantar algumas considerações sobre, de que forma a escolaridade poderá influenciar a inserção do indivíduo no mercado de

trabalho. Delimitou-se, então, o objeto como sendo a educação, necessário componente no processo de inserção do indivíduo no mercado.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1.O PAPEL DA EDUCAÇÃO

A educação não resulta apenas de uma fórmula ou técnica bem aplicada e não se pode dizer que não existem novas formas de compreensão da realidade fora do conhecimento científico. Por mais que a ciência e a tecnologia interfiram no trabalho pedagógico é necessário que haja a compreensão de que todos os sujeitos ligados ao processo de ensino-aprendizagem devem participar da elaboração interativa de um sistema educacional.

Os programas educacionais do governo apresentam um discurso bem elaborado que demonstra preocupação com a garantia de um ensino de qualidade, respeito ao aluno e auxílio na construção da cidadania.

A concentração do esforço educacional sobre as crianças e adolescentes é incoerente com o próprio propósito de promover educação para todos. Ainda são os adultos as pessoas de maior influência, maior responsabilidade e maior poder na sociedade. Instruir os adultos, pois, representa empresa mais urgente, senão mais vantajosa. Via de regra, maltratados por frustrações, sofrimentos, a desilusão de seus cansados mitos e muitas lutas, os adultos necessitam de orientação e instrução, a fim de poderem modificar as relações que lhe pareçam desumanas. (STEIN, 1984 p.61)

As funções da escola, neste sentido, são múltiplas e sustentadas por fatores diversos. Seu papel é importante também na socialização dos indivíduos por isso sua função social depende daquilo que se quer desenvolver nas pessoas durante o período que passam estudando. É através das relações estabelecidas no espaço escolar, da convivência com diferentes pessoas, regras e limites que se deve fundamentar a formação de cidadãos. Mas o mundo atual é um mundo que comporta situações concretas de opressão, que se divide em opressores e oprimidos e que nem sempre permite o desenvolvimento de um cidadão crítico e preparado para enfrentar a vida.

Nesse sentido afirma Savianni, 1995, p.32, "Todos os esforços, ainda que oriundos dos grupos ou classes dominados, reverte sempre no reforçamento dos interesses dominantes." E, segundo o mesmo autor, "Todas as reformas escolares fracassaram, tornando cada vez mais evidente o papel que a escola desempenha: reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista" p.27)

O homem nasce com a possibilidade de desenvolver e adquirir habilidades e sua evolução depende principalmente da interação com o meio. O processo educativo permanece durante toda a história de vida das pessoas. E todas necessitam de atividades inovadoras, práticas que os estimulem a pensar, reflexivamente, sobre sua situação no mundo e na sociedade. Necessitam de uma educação conscientizadora, que lhes permitam inserir-se na realidade social para transformá-la, na tentativa de remover as situações de opressão.

Atualmente, na maioria das escolas pode-se notar que o ensino ainda é tratado como mera transmissão de conhecimentos, através de técnicas e modelos prontos que sobrecarregam os alunos. Estes permanecem sujeitos passivos, decorando conceitos, repetindo exercícios, seguindo modelos de disciplina, sendo rotulados e humilhados.

O simples repasse de conhecimentos, na verdade não é suficiente para a formação de cidadãos que saibam lidar com as transformações, exigências, responsabilidades e dificuldades da vida. Estes devem estar preparados também para conscientizar-se de sua existência e importância social, interpretando e assumindo o seu papel de cidadão de direitos e sujeitos da história.

Para que estes objetivos sejam alcançados é de fundamental importância que a escola assuma a função de garantir aos alunos a aquisição de novos conhecimentos, aliados aos que eles já possuem. Ou seja, como uma instituição social, a escola deve

assumir, atualmente, a função de socializadora dos conhecimentos historicamente produzidos, considerando a pessoa como um ser social, com relações sociais e culturais já estabelecidas.

É papel da escola, nos dias de hoje o de facilitar, propiciar as condições mais adequadas para que seus alunos possam adquirir conhecimentos, tendo como referência o seu dia-a-dia, sua própria vivência e experiências.

Pode parecer difícil atingir tais objetivos, analisando-se as dificuldades políticas, econômicas e sociais pelas quais passamos atualmente, mas espera-se que a escola contribua na diminuição das diferenças sociais, que promova a igualdade de oportunidades, vendo seus alunos como cidadãos que dependem do mundo escolar, a fim de prepará-los para enfrentar as dificuldades que se apresentam na sociedade.

No que se refere à educação e a aprendizagem voltada ao trabalhador, esta apresenta, algumas especificidades. Esses indivíduos possuem características próprias da idade, experiências, compromissos e responsabilidades familiares, profissionais e sociais, que interferem no processo de educação.

A pessoa que procura uma formação tem geralmente urgência em aprender por vários motivos: necessidade de emprego, ascensão e projeção social.

Ao envolver-se num processo de educação, o adulto precisa acima de tudo:

- Aprender os conteúdos e habilidades necessárias para obter um emprego, conservá-lo ou mesmo progredir na função que já exerça.
- Desenvolver a capacidade de comunicação oral e escrita de modo a facilitar sua participação na vida profissional, social e política, conquistando sua cidadania.

A condição de adulto também faz com que a educação desse tipo de aluno dependa do desenvolvimento de experiências próximas da realidade profissional. O

adulto aprenderá mais facilmente se estiver envolvido em atividades dos seguintes tipos:

- Dirigidas para as suas expectativas.
- Centradas na ação (no fazer).
- Dinâmicas voltadas para a realidade de trabalho.
- Baseadas na cooperação e na autonomia.

As características e necessidades do adulto, exigem alguns requisitos básicos de ensino.

Em primeiro lugar a educação do adulto deve estar voltada para a formação de profissionais competentes. Nesse sentido, é preciso criar condições para que os alunos possuam uma educação consistente tanto no plano teórico, quanto no prático.

2.2 CONSTRUINDO A CIDADANIA

Em 1948, surgiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU), devido os trabalhadores quase não terem direitos, as crianças trabalharem até 15 horas por dia e não terem férias. As mulheres relegadas ao segundo plano, passaram a votar, símbolo máximo da cidadania.

O direito de se ter direitos é uma conquista da humanidade. Lutou-se pela idéia de que todos os homens merecem a liberdade e que todos são iguais diante da lei. Com isso, vemos que além da liberdade de votar, de não ser perseguido por suas convicções, o homem tem direito a uma vida digna e o direito ao bem estar. Segundo DIMENSTEIN, 1999

Cidadania é o direito de ter uma idéia e poder expressá-la. É votar em quem quiser sem constrangimento. É processar um médico que comete um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido. Há detalhes que parecem insignificantes, mas revelam estágios de cidadania. Respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar papel na rua, não destruir telefones públicos. Por trás desse comportamento, está o respeito à coisa pública. O direito de ter direito é uma conquista da humanidade.

Se analisarmos as diferenças individuais, perceberemos que não podemos isentar o Estado de garantir os mínimos sociais que todas as pessoas, independentes de sua cor, hábitos, classe econômica tem por direito. O cidadão mais que um habitante, é aquele que está interessado no que acontece em seu país. Segundo BOBBIO, 1997, p.27,

... da afirmação de que todos são iguais perante a lei é o Estado de ordens ou estamentos, aquele Estado no qual os cidadãos são divididos em categorias jurídicas diversas, dispostas numa rígida ordem hierárquica onde os superiores têm privilégios que os inferiores não tem, ao contrário, estes últimos tem ônus dos quais aqueles são isentos a passagem do Estado estamental para o Estado liberal deixa esta diferença bem clara...

Sendo assim, é fundamental superar a condição de sujeito individual. Um indivíduo como ser social estabelece relações concretas com outros homens e com a natureza. É assim que o indivíduo aprende a perspectiva de ser social: a noção de cidadão, ser de direitos civis, sociais e políticos, mas a cidadania só é plena se há o reconhecimento do direito e a garantia do seu atendimento em um coletivo, assumindo assim, uma responsabilidade pública pela sociedade. Desta forma, uma vida de cidadania exige mudanças, exige participação popular.

O modelo de cidadania “democrática”, se dá de duas maneiras: no campo da política pela construção de uma cidadania aparente e no campo da economia, pelo fetiche do mercado livre, sendo que a sociedade capitalista impossibilita, assim, a cidadania pelo trabalho.

O Estado capitalista tem que tentar compor as diferenças existentes no interior do campo dos dominantes e dominados, mesmo as desigualdades estruturais em relação aos dominados.

Segundo TOMAZI, 1993, p.242

“Uma questão importante sobre cidadania é que ela não se refere apenas ao jogo de direitos, direitos de satisfazer as necessidades tendo acesso aos bens socialmente produzidos, direito de dispor do próprio corpo, de locomover-se, de manifestar-se livremente e de decidir sobre a própria vida, mas também ao dever de exercê-lo. A cidadania implica o respeito ao direito dos outros, o que parece óbvio e simples, mas não é porque pressupõe o reconhecimento da diversidade vivenciada na relação conflituosa com os outros, na qual o direito e o dever estão intimamente associados.”

A democracia burguesa assume, necessariamente a forma do universal da lei capitalista: “Todos são iguais perante a lei”. Essa necessidade é vital. É preciso que o indivíduo seja visto como um ser social, como unidade, o que permite pensar suas ações como relações de iguais, graças a essa igualdade formal, o mercado, na ideologia capitalista, passa a ser regulador de todos os mecanismos da sociedade.

O Estado de algum modo tem que levar em conta o conjunto das reivindicações dos dominados, ainda que, para negá-los ou enquadrá-los à sua ordem. Essa composição de forças se traduz, na chamada cidadania.

A noção de cidadania, entendida como articulação entre indivíduos livres, oculta as determinações reais, do ponto de vista da ideologia burguesa, as determinações de operários e capitalistas, de dominados e dominantes, também desaparecem. Exploração e opressão são tornadas palavras vazias pelo efeito mágico da idéia de individualidade e de cidadania. Tudo se passa como se todos fossem iguais, para que as relações entre indivíduos não sejam vividas como contraditórias, faz-se necessário apresentá-las como conflitantes entre indivíduos isolados e juridicamente livres e iguais. Esta é a idéia de cidadania da separação entre o político e o jurídico dos indivíduos, essa aparência do real é um dos elementos constituidores da sociedade capitalista.

Este processo se dá sob a forma de um desacordo que permite pensar o trabalhador, por um lado, como cidadão, e por outro lado, como assalariado. Da mesma forma, se pensa o burguês como cidadão e proprietário. O termo comum é cidadão, e é assim que se dá a neutralização. No entanto, a diferenciação importante para o capitalista, propriedade e cidadania formam uma unidade indissolúvel, para o trabalhador essa unidade só é possível se ele se colocar no horizonte capitalista, ou seja, ele nega a sua individualidade histórica, como classe historicamente diferenciada, portanto, uma unidade ilusória.

A igualação abstrata de todos os indivíduos perante a lei impede no plano do direito, que as desigualdades sociais se expressem como tais. Ao eliminá-las aparentemente, torna-se possível apresentar tudo e todos submetidos às mesmas

regras. Assim, criou-se o mito da cidadania e da democracia para todos, a própria forma de realização desse mercado nega, na prática, a possibilidade de que se efetive a democracia, vindo assim, o mito da iniciativa do indivíduo, teoricamente assentada nessa igualdade formal. Essa iniciativa passou a indicar a desigualdade real (de riqueza, de acesso ao saber, etc.) como expressão de uma universalidade abstrata, o mercado capitalista.

A implementação da cidadania, necessariamente, passa pela emancipação da população, pelo reconhecimento, garantia e divulgação de seus direitos. Trata-se e bem se vê, de um exercício constante e necessário à viabilização da democracia, dentro de um processo pedagógico de construção de verdadeiros cidadãos.

A democracia é um ideal de vida política, é uma busca de algo a ser conquistado e construído. A democracia é ponderada pelo seu potencial de controle da sociedade, consideramos que a democracia significa uma proposta de controle do Estado. Sendo, assim, os movimentos populares têm um papel de grande importância ao propiciarem o exercício ativo da cidadania.

Segundo ARANHA e MARTINS, 1992, p.147

Cidadania se aprende no exercício mesmo da cidadania. Embora a escola seja aliada importante, não é nela fundamentalmente que se dá a aprendizagem, pois há o risco da ideologia e do discurso vazio, quando o ensino não é acompanhado de fato, pela ampliação dos espaços de atuação política do cidadão na sociedade. (...) ou seja, o esforço coletivo na defesa de interesses comuns transforma a população amorfa, inexpressiva e despolitizada em comunidade verdadeira.

Ser um cidadão político e socialmente consciente, é poder diferenciar quando seus sucessos ou fracassos se devem, sobretudo, ao desempenho individual e quando são condicionados pela sua situação social, distinguindo, conseqüentemente, quais dos seus projetos pode atingir sozinho, daqueles que só tentando coletivamente poderá alcançar.

Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação da apropriação de espaços de fazer valer os direitos do cidadão, sendo, assim, a prática da cidadania pode ser a construção de uma sociedade melhor. "Penso que a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no universo." (COVRE,1986,p.11)

Claro que é preciso ter vontade e se empenhar para conseguir aquilo que se tem como ideal, porém, isso não depende somente do indivíduo, mas de um conjunto de pessoas, de condições materiais, emocionais e estruturais, e ainda assim, não existe uma garantia de sucesso, pois no sistema capitalista, a competitividade existe e a exclusão é um fato concreto. " Na teoria marxista é importante o processo de formação da consciência de classe, por meio da qual o trabalhador descobre que seus interesses são divergentes daqueles da classe dominante. Por isso, são valorizadas as experiências efetivas de reivindicações dos trabalhadores, por meio de organizações representativas..." (ARANHA E MARTINS,1992,p.165)

Percebe-se que a responsabilidade do indivíduo e a não responsabilização do Estado vem ganhando força entre as pessoas. Cada vez mais a falta de desenvolvimento de leitura contextualizada trabalha em prol dos dominantes, pois, delega responsabilidades do Estado às pessoas individualmente, como se cada um em certo momento decidisse por opção própria continuar na situação em que se encontra, como se fosse uma vocação pessoal ou um dom divino. E quando a pessoa não mais satisfeita com a posição que ocupa, num simples estalar de dedos pudesse mudar os rumos de sua vida conforme seus interesses.

Sendo assim, qualquer problema mais importante da sociedade vai exigir, cada vez mais, a qualidade da cidadania. Com o agravamento da exclusão, a cidadania deverá ser movida pela aspiração emancipatória. A necessidade de se inserir no sistema será acompanhada cada vez mais, daquela de se confrontar. Num mercado em que nunca couberam todos e em que, agora, cabe um número cada vez menor, seria ingênuo admitir uma elasticidade que já se esvaiu, se é que um dia existiu. Sendo assim, a educação terá como função mais do que preparar para o mercado, sobretudo preparar para a vida. A oferta de emprego terá de ser substituída pela busca de trabalho e principalmente pela capacidade de criar trabalho dentro de um espaço limitado. Segundo BENDIX, 1996, p.122,

O direito à educação é básico. Enquanto um grande contingente da população é desprovido de educação básica, o acesso às facilidades educacionais aparece como uma precondição sem a qual outros direitos legais permanecem inacessíveis ao analfabeto. Fornecer os rudimentos de educação aos analfabetos aparece como um ato de libertação. Todavia, os direitos sociais são distintivos pelo fato de, comumente, não permitirem ao indivíduo decidir se deve ou não tirar proveito de suas vantagens. Como a regulamentação legislativa das condições de trabalho para mulheres e crianças, o seguro compulsório contra acidentes na indústria, e medidas de bem-estar semelhantes, o direito a uma educação básica não se distingue do dever de freqüentar a escola. Em todas as sociedades ocidentais, a educação básica tornou-se um dever de cidadania, talvez o mais antigo exemplo de um mínimo prescrito, reforçado por todos os poderes do Estado Moderno.

Para garantir a cidadania deve-se ter em mente o conceito de democracia. Vive-se um momento em que se fala muito em democracia, mas a realidade é que as pessoas devem compreender a necessidade de mobilização, a fim de alcançar as conquistas políticas e sociais.

2.3. CIDADANIA E EDUCAÇÃO

A educação não é apenas uma questão de cidadania, o nível de instrução do trabalhador tem relação direta com a produtividade. A educação é um momento de troca entre os grupos sociais, tanto o conhecimento formal como o informal, leva os indivíduos a uma vivência de cidadania, ou seja, sei o que quero, para que quero, porquê quero e vou a procura da realização de objetivos. Por isso, a educação é um dos pilares básicos da democracia. Quanto maior a politização, mais difícil será a vida dos demagogos.

Quanto à educação um dos direitos do cidadão, no que se refere à maioria da população, é uma rede escolar precária em todos os sentidos, e mesmo com escolas funcionando oito períodos diários não chega a atender toda a população necessária. O crônico problema do analfabetismo no Brasil continua insolúvel, como milhões de brasileiros são analfabetos funcionais, isto é, embora sabendo desenhar o nome e decifrar algumas palavras, não compreendem o que lêem e ainda há aqueles que são analfabetos absolutos, ou seja, que não sabem sequer assinar o nome. (BUFFA, ARROYO, NOSELLA, 1988,p.29)

Tabela nº 1 - ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (BRASIL E GRANDES REGIÕES 1999)

ANOS DE ESTUDO	BRASIL	NORTE URBANA	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE
SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO	13,4	13,0	24,4	8,7	8,1	11,4
1 A 3 ANOS	18,4	19,8	24,9	15,2	15,2	17,7
4 A 7 ANOS	34,3	32,3	28,1	36,2	40,2	36,3
8 A 10 ANOS	14,8	16,3	9,8	17,2	16,7	15,4
11 ANOS OU MAIS	19,1	18,6	12,8	22,8	19,8	19,3

Fonte: IBGE.PNAD-2000/2001

De acordo com a tabela acima a região nordeste é a que apresenta o maior índice, em porcentagem, 24,4% de pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de escolaridade e 40,2% de indivíduos, da região sul apresentaram de 4 a 7 anos de

instrução, ou seja, apresentam o ensino fundamental incompleto. Para DEMO, 1995, p.47,

“Educação é o suporte essencial, porque, no lado formal, instrumenta a pessoa com a habilidade crucial de manejar a arma mais potente de combate que é o conhecimento e, no lado político alimenta a cidadania. Sociedade educada é aquela composta de cidadãos críticos e criativos, capazes de indicar o rumo histórico, coletivamente pretendido, sobretudo desenvolver, maximamente, a oportunidade histórica disponível.

O exercício da cidadania se fortalecerá na base educacional que o indivíduo recebeu ao longo de sua formação. O despertar de sua consciência crítica é peça fundamental para a compreensão da sociedade como um todo, podendo assim, analisar as correlações de forças existentes, desmistificar as atitudes da classe dominante, reformulando, assim, a sua visão da sociedade na qual está inserido, e a partir dessa compreensão terá maiores possibilidades de efetivar o exercício pleno de sua cidadania.

Visto que a educação vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da cidadania, ora como mecanismo para controlar os graus de liberdade, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas formas de produção industrial e pelas relações sociais entre os homens. A educação passa a ser encarada como uma solução capaz de tornar "homens livres", como de "controlar a liberdade dos cidadãos". Sendo assim, a educação passa a estar condicionada ao destino de cada indivíduo.

A educação é algo concreto, que não está apenas no mundo, está também junto do sujeito, e estabelece uma relação dialética com a sociedade a qual pertence.

A questão educacional está duplamente vinculada ao desenvolvimento da força de trabalho e ao das ciências que são dois aspectos de um único processo histórico. Vemos que o trabalho produtivo deve servir de fundamento à vida escolar, não como

meio de pagar o sustento do jovem, nem apenas como método de ensino, mas como trabalho produtivo socialmente necessário. Para qualquer que seja a sociedade, a função da educação é sempre a de preparar as novas gerações para a vida e para o trabalho.

Uma lição fundamental da escola é a motivação para o aprendizado, que vem de dentro do indivíduo, de seu desejo espontâneo de aprender, de sua curiosidade natural, de seu impulso para o crescimento.

Sendo assim, o indivíduo necessita de dois aspectos para a sua maturidade educacional e pessoal, o conhecimento de si mesmo e do mundo e a coerência entre o pensamento e a ação.

O conhecimento é necessário para que a pessoa possa viver como ser humano integral. Em primeiro lugar é preciso que cada um se conheça profundamente, que saibam quais são suas possibilidades e limitações, que tenha objetivos claros e definidos, que cultive um sistema próprio de valores e princípios, que desenvolva e defenda suas próprias convicções, embora esteja sempre aberto ao diálogo e à possibilidade de mudança.

Vive-se em sociedade, as pessoas apresentam-se maduras, na medida em que relaciona-se de forma eficiente umas com as outras e com os grupos a que pertencem, integrando as necessidades e intenções com as da sociedade, contribuindo para o bem estar social e participando da tomada de decisões referentes aos destinos da sociedade, tem-se a maturidade social. Para LINHARES, 1987, "A escola faz parte de uma sociedade capitalista subdesenvolvida, com problemas especiais e, nesse quadro, reconhece que tem um amplo conjunto de potencialidades, que só poderá ser dinamizada se agir de forma política."

Quanto à educação, é preciso lembrar que ela constitui-se um aspecto da condição humana, absolutamente articulada com todas as demais condições de existência. De tal sorte que pensá-la possível, ali, onde todas as outras condições foram supridas, é sinal de pouca reflexão sobre a questão. Pensá-la capaz de sozinha transformar o mundo é, então, sinal de pura demência.

A questão da educação para a cidadania é redigida à educar para a cooperação no bem comum e para a superação do indivíduo (expressões da individualização na sociedade capitalista) possessivo, numa unidade moral articulada do convívio social.

Assim, a prática educativa reflete uma concepção de convívio social, das relações indivíduo, sociedade e da cidadania que contém elementos do romantismo e da sociologia positivista que tanto enfatizam a educação, ora como elemento de integração de indivíduo no social, reduzido à unidade moral, à coesão, à integração e a cooperação.

Na visão positivista o indivíduo é visto como parte de um todo, a moral na qual deve ser inserido. E a cidadania é vista como aceitação da obrigação moral, para o convívio harmônico com os seus semelhantes.

Educar para a cidadania se reduz a cultivar o senso do valor moral em cada indivíduo, na criança e nos jovens, sobretudo.

A escola ensina, incansavelmente, que o professor é o único que detém realmente o saber, e que só o saber dá acesso ao poder e que a aquisição desse saber depende do seu empenho individual.

A qualificação no molde da sociedade capitalista nos conformam a melhorar a vida cotidiana e a satisfazer nossas necessidades de sobrevivência. As aptidões

aprendidas na escola servem para vender a força de trabalho no mercado. Com o produto desta venda, que se transforma assim em mercadoria, é possível comprar outros serviços. De acordo com FREIRE, 1987, p.96,

É a um bem de consumo que nós damos hoje o nome de “educação”: trata-se de um produto cuja fabricação é assegurada por uma instituição oficial chamada “escola”. Quanto mais um ser humano “consome” educação, mais ele faz frutificar seu haver e sobe na hierarquia dos capitalistas do conhecimento. A educação define uma nova pirâmide de classes, na medida em que os grandes consumidores de saber podem, em seguida, pretender prestar serviços de valor inestimável à sociedade.

A educação escolar é o suporte onde se fortalecerá o desenvolvimento crítico do indivíduo, levando-o a uma posição consciente e participativa perante a sociedade. Sendo assim, não pode haver fragmentação em seu processo. Deve-se compreendê-la como algo gradativo e que se efetivará ao longo do processo educativo.

A qualidade empregada no processo de formação educacional é a base que fortalecerá o desenvolvimento do indivíduo, quer dizer, sua desvinculação do processo alienante, priorizando o pleno exercício de cidadania.

Quanto à educação, é importante ressaltar que ela constitui um aspecto da condição humana, absolutamente articulada com todas as demais condições de existência.

Pois, a educação é o processo pelo qual o homem se apropria de elementos de uma época histórica, compreendendo assim, as condições humanas do indivíduo. A educação liberta o ser, o homem, emancipa-o para a cidadania, embora seja necessário exercitar a participação para aprender.

2.4. TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO

As tecnologias da informação, em especial as redes virtuais de comunicação, têm ajudado a construir uma nova ordem econômica, na qual o conhecimento assume papel primordial. Esse novo momento redimensiona a demanda de trabalho e afeta diretamente os trabalhadores, principalmente aqueles que possuem baixa escolaridade. Hoje, vem-se dando muita importância ao intelecto em detrimento dos ativos físicos. Nesse sentido, o diferencial numa empresa não é mais o seu avanço tecnológico, rapidamente copiado pela concorrência, mas a qualidade dos serviços oferecidos. E o sucesso das pessoas que prestam serviços cada vez mais depende da educação.

Observa-se que a baixa escolaridade constitui fator restritivo ao ingresso no mercado de trabalho. Segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Econômicos), o próprio mercado revela às pessoas que, na atual estrutura econômica, as chances de se conseguir trabalho variam de acordo com a escolaridade. Nos últimos anos tem-se verificado aumento na taxa de crescimento do emprego com maior exigência de escolaridade, até mesmo em atividades simples. Um frentista, por exemplo, tem que, no mínimo, saber operar a máquina de cartão de crédito e as bombas automáticas, além de servir aos clientes com qualidade.

A exigência do mercado por trabalhadores qualificados (com níveis mediano e alto de instrução), aliada à escassez do emprego formal, vem acarretando significativas mudanças no mercado de trabalho, tais como:

- Mudança no perfil etário da população atual empregada. Ao contrário do que ocorria em momentos anteriores, a preferência atual, manifesta através da oferta de trabalho, é por trabalhadores mais velhos (e mais qualificados), em detrimento dos

mais jovens que adiam a entrada no mercado em busca de mais qualificação.
(Guimarães e Campos, 1999)

- Tendência à redução da oferta de emprego nos setores primário e secundário da produção. O setor terciário, mais especificamente o setor de serviços, analisado separadamente do comércio, tem sido o responsável pela absorção de mão-de-obra, concentrado nos segmentos de limpeza, hospedagem e alimentação.
- Aumento do grau de informalidade do mercado de trabalho brasileiro, observando-se um crescimento significativo dos empregos no segmento não-organizado, em detrimento daqueles oferecidos pelo setor formal da economia. Segundo o IBGE, esse setor empregava, em 1997, 12 milhões de brasileiros, o que corresponde a 25% dos trabalhadores urbanos, concentrados, prioritariamente, nas atividades de comércio, serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversão.
- Ênfase na laboralidade, em detrimento de empregabilidade na formação dos indivíduos. Ou seja, valoriza-se mais o trabalho do que o emprego.

Esses fatores considerados globalmente repercutem na estrutura das ocupações, alguns postos de trabalho deixam de existir, enquanto outros são criados, e também sobre a qualificação dos trabalhadores. Matoso, 1995, reflete a insegurança gerada no mercado de trabalho, em função dos elevados índices de desemprego e das desigualdades dos indivíduos frente à situação de exclusão temporária ou permanente do mercado, e aponta outros tipos de insegurança decorrentes dos seguintes fatores:

- Enxugamento de pessoal, utilização de trabalhadores eventuais e terceirização de algumas etapas do trabalho.

- Variações e falta de estabilidade dos rendimentos, uma vez que a flexibilização das relações de trabalho ocasiona disparidades salariais, muitas vezes, no interior de uma mesma empresa.
- Relações contratuais de trabalho, referentes às novas formas de negociação individual em detrimento da negociação coletiva, que forçava o empresariado a assumir compromisso mais geral com os trabalhadores, de acordo com padrões socialmente aceitáveis de condições de trabalho. Decorre daí o enfraquecimento dos canais de negociação dos trabalhadores, afetando a sua participação no movimento sindical.

Alguns autores consideram esse momento da economia como conseqüência da era pós-industrial, em virtude da redução de postos de trabalho na indústria. Porém, não se pode, simplesmente, afirmar que os empregos do setor industrial vêm caindo, sem levar em conta que muitos trabalhos da indústria, por reestruturações organizacionais, são categorizados agora no setor de serviços. Diferentemente, daquilo que ocorre em outros lugares, os serviços que crescem na região metropolitana (que concentra a maior porcentagem da PEA – População Economicamente Ativa) são aqueles originários de demandas das indústrias, tais como consultoria, publicidade, direito, design e informática. A área de informática ilustra bem o quadro de mudanças que redesenha a atividade econômica.

Para Castells, “o que é mais distintivo em termos históricos entre as estruturas econômicas da primeira e da segunda metade do século XX é a revolução nas tecnologias da informação e sua difusão em todas as esferas de atividade social e econômica, incluindo sua contribuição no fornecimento da infraestrutura para a formação de uma economia global.”

Castells afirma que, “é um fato óbvio que a maior parte dos empregos, nas economias avançadas, localiza-se no setor de serviços e que, esse setor é responsável pela maior contribuição para o PNB (Produto Nacional Bruto)”.

Mas ao afirmar isso, não quer dizer que as indústrias estejam desaparecendo ou que a estrutura e a dinâmica da atividade industrial sejam indiferentes à saúde de uma economia de serviços. Nas últimas décadas ocorreu no Brasil uma expansão dos empregos em serviços e tal fato possibilitou a absorção de trabalhadores oriundos do setor industrial. Contudo, o setor de serviços também tem sido afetado pela reestruturação produtiva, o que acarreta uma redução no ritmo do seu crescimento e na ampliação dos índices de desemprego. Os exemplos dessa afirmação se referem ao setor bancário e à privatização do serviço público.

Castells também confirma que, se por um lado temos um aumento na demanda por mão-de-obra super qualificada, por outro, a sociedade abre espaço para a participação (via setor de serviços) de pessoas com baixo nível de qualificação.

Segundo o autor, a situação mais comum original da teoria pós-industrial, prevê apenas a expansão das profissões ricas em informação, como os cargos de administradores, profissionais especializados e técnicos, não considerando o crescimento das profissões em serviços mais simples e não-qualificados.

A análise feita por Castells evidencia que algumas ocupações para cargos administrativos e gerenciais exigem um altíssimo grau de escolaridade, enquanto que, a demanda por outras ocupações exige uma série de competências gerais, apesar de um baixo nível de escolaridade. Essas últimas ocupações, por mais que conservem o mesmo rótulo de um tempo atrás, sofreram mudança radical na natureza do trabalho exercido por seus ocupantes, apesar de a necessidade por qualificação mais ampla, em

alguns casos, não estar refletida na exigência pelo nível de escolaridade, mas pelo domínio de determinadas competências.

O termo competência tem sido, aplicado à educação profissional a partir das transformações ocorridas no mundo do trabalho. No entanto, não existe consenso sobre essa noção e ela tem sido utilizada em contextos diferenciados e com significados distintos.

O modelo de competência sugere que a qualificação de um indivíduo está posta menos no seu conjunto de conhecimentos e habilidades, mas principalmente em sua capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis.

O modelo de competência confere grande importância aos atributos pessoais do trabalhador. Dentre as qualidades pessoais atualmente demandadas podem ser mencionadas:

- Espírito de equipe – “a necessidade do trabalho em equipe e a identificação com os objetivos da empresa constituem a base do espírito de equipe”.
- Responsabilidade – “refere-se ao esforço de fazer cumprir o compromisso assumido com a empresa”.
- Autonomia – “refere-se à capacidade do trabalhador de se antecipar aos comandos das chefias e agregar voluntariamente várias tarefas e intensificar seu próprio ritmo de trabalho”.
- Iniciativa – é definida como a “disposição para assumir e desenvolver um trabalho de forma espontânea e rápida”.

- Capacidade de comunicação – “é requerida por exigência da responsabilização grupal pela produção, de maneira a facilitar a troca de idéias e opiniões sobre um assunto até que se alcance o consenso”.
- Flexibilidade – “constitui-se em uma reatualização de valores, sob a ótica empresarial. É a capacidade do trabalhador de mudar hábitos arraigados”.
- Cooperação – é definida como “como uma disposição de trabalhar eficazmente com outras pessoas em um grupo. Prontidão de oferecer espontaneamente ajuda aos outros, sem tirar proveito da situação. A identificação com os objetivos da empresa reflete uma atitude de cooperação em torno dos seus objetivos”.
- Interesse e atenção – são definidos como “à vontade de dirigir os sentidos para situações de aprendizagem ou trabalho durante certo período. Referem-se, ainda, à valorização da aprendizagem no trabalho pelo operário”.

Considerando que a educação profissional entendida pelo Senac extrapola a simples correlação com o mercado de trabalho, uma vez que busca a formação do cidadão, torna-se necessário refletir sobre as conseqüências para o futuro trabalhador da adoção do modelo de educação profissional baseado em competências. Nesse sentido, assim se manifesta Paiva:

“Não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas de formar para a vida na qual também se insere o trabalho nem sempre como foco fundamental da existência, com uma flexibilidade e um alcance suficiente para que se possa enfrentar o emprego, o desemprego e o auto-emprego”, de modo à “permitir rápidas reconversões e reprofissionalizações ao longo da vida”.

O ganho, e também o desafio, é educar o trabalhador, no sentido de atuar de modo participativo e ativo dentro e fora do mundo do trabalho, como profissional e, também, na condição de cidadão consciente de seus direitos e responsabilidade e dos valores humanos que devem reger a vida em sociedade.

3.METODOLOGIA

O trabalho foi realizado através de levantamento bibliográfico sobre o assunto, na perspectiva de observar qual é a opinião de alguns autores frente às exigências do mercado de trabalho, bem como de que forma a escolaridade influencia a inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho significou um processo de crescimento educacional, proporcionando a construção científica de um tema atual. A pesquisa clarificou que o mundo está em constante transformação, onde a compreensão obtida no início do trabalho, não é a mesma determinada nessas considerações e conseqüentemente estas já estão alterando-se gradativamente, conforme as transformações que ocorrem no mercado de trabalho.

Para a construção desta monografia várias foram as bibliografias consultadas, mas com relação ao tema cidadania, tornou-se visível a necessidade de trabalhar em conjunto com outras áreas profissionais.

Percebeu-se com a elaboração desse trabalho salientar a necessidade da educação no desenvolvimento profissional dos indivíduos. O sistema educacional tradicional que arraiga a assimilação e reprodução de conhecimentos ensinados na escola, não promove o pleno exercício de cidadania, pois atrela ao indivíduo a uma visão ideológica do sistema e sua inclusão ao mercado, dentro da lógica capitalista, através da formação de mão-de-obra.

Cidadania significa entre tudo o respeito aos direitos humanos, a garantia a todos da mesma dignidade, a participação popular no espaço público e a responsabilidade de todos na construção e ampliação da democracia no mundo.

O desafio das práticas educacionais é promover o crescimento do indivíduo enquanto cidadão, ser social, que age e interage na história, legitimando sua autonomia. Deve priorizar o desenvolvimento crítico, construtivo e participativo do sujeito dentro da sociedade, desmistificando as concepções ideológicas difundidas pela

classe dominante como vista a propagação dos interesses e valores burgueses que fazem menções ao processo alienante.

A contribuição da escola deve ser a de desenvolver um projeto de educação comprometido com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la. Os conteúdos devem incluir questões que levem à compreensão e à crítica da realidade, oferecendo aos alunos a oportunidade de se aproximarem deles como instrumentos para refletir e mudar sua própria vida. Levar os alunos a desenvolver a autonomia e o aprendizado da cooperação e da participação social.

Mediante as questões abordadas nesse trabalho, ressaltamos que o intuito não destina-se a uma crítica abstrata, quer dizer, uma crítica pela crítica somente, mas sim os questionamentos de ações que abrirão margens a dúvidas e discussões, visando com isso, motivar novos estudos e alternativas.

A educação pública é um exemplo de como se produz e reproduz o processo de expansão e acumulação capitalista, que avança de forma voraz em todas as áreas em que é possível transformar as atividades do setor terciário em mercadoria.

É importante salientar que a construção da cidadania realiza-se no embate cotidiano que as classes sociais, em suas formas organizativas, fazem em defesa de seus direitos. Esses direitos devem ser entendidos como ganhos efetivos que as classes populares conquistam nesse processo de luta.

No que se refere ao mercado de trabalho, se hoje este exige cada vez mais qualificação, mas oferece menos vagas, é preciso criar formas de atender à crescente demanda e tentar melhorar as chances de quem não tem condições de bancar cursos especializados. Para ter acesso ao mercado de trabalho, o indivíduo precisa ter

escolaridade básica regular, associada a um nível de formação profissional compatível com as necessidades do setor produtivo.

Neste sentido, o governo deveria não apenas proporcionar, através, dos Planos de Qualificação ao Trabalhador, acesso a uma educação de qualidade, mas realizar um processo de inserção deste trabalhador no mercado, de forma mais eficiente. Seja, disponibilizando maiores incentivos às empresas, reorganizando a política econômica do país.

Mas não basta o governo federal, o estadual ou o municipal, criar programas de financiamento e de qualificação para o trabalhador aumentar sua escolaridade. É preciso oferecer condições para que esses trabalhadores preparados possam exercer seus conhecimentos e habilidades. Se não há vagas no mercado de trabalho formal, a saída é recorrer às centenas de projetos de geração de emprego e renda que se espalham por todo o país.

Acaba que, em muitas situações é a sociedade civil organizada que cumpre o papel e preenche as lacunas deixadas pelo poder público.

6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.

ARANHA,M.L.A;MARTINS,M.M.P. Temas de Filosofia.1ª ed.São Paulo:Moderna,1992.

BENDIX,R.Construção Nacional e Cidadania. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOBBIO,N.Igualdade & Liberdade.2ª ed.Rio de Janeiro: Ediouro,1997.

BUFFA,E;ARROYO,M;NOSELLA,P. Educação e Cidadania: Quem educa o Cidadão? São Paulo: Cortez,1998.

CASTELLS,Manuel. A sociedade em rede. Vol.I Ed. Paz e Terra, 6ª ed. São Paulo, 2002.

COUVRE,M.L. A Cidadania que não temos. São Paulo: Brasiliense,1986.

DEMO,P.Educação e Qualidade.Magistério Formação e Trabalho Pedagógico.2ª Ed.Campinas:Papirus,1995.

_____.Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: Papirus,1994.

DIMENSTEIN,G. O cidadão de Papel. A infância, a adolescência e os direitos Humanos no Brasil. Série Discussão Aberta.9ª ed. São Paulo: Ática,1999.

FREIRE, Paulo. Cuidado Escola! desigualdade, domesticação e algumas saídas.24ª ed.São Paulo: Brasiliense,1987.

KUENZER,A .Z. Ensino Médio e Profissional: As Políticas do Estado Neoliberal. São Paulo:Cortez,1997.

LIMA,L.O. Pedagogia:Reprodução ou Transformação.São Paulo:Brasiliense,1982.

LINHARES,C.F.S.Os Protagonistas da Pedagogia Escolar:Suas convergências e Divergências. Revista Educação e Sociedade.nº 26.UFF/Rio de Janeiro,1987.

MANFREDI, Silvia Maria. Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil. In: Educação e Trabalho no capitalismo contemporâneo, São Paulo, Atlas, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas, São Paulo: Autores associados ed., 1995.

STEIN, Suzana Albornoz. Por uma educação libertadora. Petrópolis: Vozes, 1984.

TOMAZI,N.D.Iniciação à sociologia.2ª ed. São Paulo: Atual,1993.